

GAZ, 23/08/78

AJ00773

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

6 — GERAL

Arquitetos querem preservar aterro

Os arquitetos capixabas estão movimentando a classe a nível nacional para um boicote ao concurso de estudo preliminar do centro cultural e de lazer de Vitória, promovido pela Prefeitura. A argumentação deles é baseada na localização da obra, que a PMV quer construir próximo ao late Clube, local que, segundo o recém elaborado Plano Diretor Urbano, seria destinado unicamente ao lazer da população, como área verde. Segundo explicou ontem o presidente em exercício do Instituto de Arquitetos do Brasil, Kleber Frizzera, uma sugestão foi encaminhada ao prefeito Carlos Von Schilgen apontando como melhor local para o centro cultural a área próxima à Biblioteca da Fundação Cultural, com 200 a 250 mil metros quadrados. Esta, no entanto, pertence ao Grupo Abril/Quatro Rodas e teria que ser desapropriada.

O encaminhamento da situação foi levado ao conhecimento de toda a classe em encontro nacional realizado recentemente. Segunda-feira passada foi feita uma reunião regional e tirada a decisão comum, que posteriormente foi comunicada aos outros estados. Conforme Kleber Frizzera, acima do interesse profissional dos arquitetos, está o bem estar da coletividade, razão pela qual se negam a participar do concurso. O prêmio oferecido pela Prefeitura é de Cr\$ 150 mil para o vencedor, Cr\$ 100 mil para o segundo colocado, Cr\$ 50 mil para o terceiro lugar e Cr\$ 40 mil para os quarto e quinto lugares.

O primeiro colocado poderia também, segundo o edital elaborado pela PMV, realizar o projeto arquitetônico da obra. "desde que houvesse interesse da Prefeitura e disponibilidade de recursos".

A HISTÓRIA

No primeiro semestre deste ano a Prefeitura de Vitória produziu um primeiro edital para o concurso de anteprojeto do que chamou inicialmente Centro Cívico Cultural, que teria, além de uma série de equipamentos culturais e de lazer, dois instrumentos julgados inadequados pelo IAB. Foram eles uma biblioteca com 2 mil metros quadrados e um planetário. Quanto à biblioteca, a opinião dos arquitetos foi de que ela deveria se localizar no centro urbano, propiciando a máxima acessibilidade para toda a população e também porque no aterro da Comdusa a Fundação Cultural já havia construído uma biblioteca.

As considerações quanto ao planetário foram de que sua aparelhagem sendo constituída de materiais importados de elevado custo de importação não atenderia à política oficial de importações. Uma outra ponderação foi feita em função do porte populacional e do nível cultural da Grande Vitória, levando a crer que sua implantação seria prematura, devido à pequena demanda futura. O IAB concluiu também, na época, que o concurso de anteprojeto lançado pela Prefeitura deve-

ria ser alterado para concurso de estudo preliminar, tendo em vista o vulto e complexidade do empreendimento.

Quanto aos equipamentos previstos pelo edital, os arquitetos consideraram a necessidade apenas daqueles que propiciassem atividades relacionadas com a praia e o mar, como jogos ao ar livre, recreação infantil, passeios, esportes náuticos e instalações de apoio a essas atividades e que o centro náutico e marina idealizados, tidas como "de alto grau de sofisticação" além de possibilitarem o uso do local por embarcações a motor e consequentemente poluidoras seriam também altamente elitizantes, "uma vez que os usuários dessas embarcações têm condições financeiras para investir nas instalações de que necessitam, não precisando portanto, da ajuda do poder público".

O mais importante, contudo, era a localização: "Que o Centro Cultural e de Convenções seja implantado em outra área mais apropriada, como, por exemplo, a contígua gleba do Grupo Abril e que o programa específico de tal Centro seja mais condizente com a realidade local, conforme sugerimos". Tais recomendações tinham como linha mestra a necessidade de reformulação do programa proposto pela PMV para o concurso de anteprojeto e colocavam o IAB à disposição da municipalidade para a colaboração dos seus associados, visando à consecução das providências solicitadas, sendo enviadas ao prefeito a 25 de junho deste ano.